COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
REGIÃO DE COIMBRA

CADERNO DE ENCARGOS

(artigo 42º do Código dos Contratos Públicos)

CONCURSO PÚBLICO

Cláusula 1.ª - Identificação do Procedimento

O presente procedimento tem a identificação ***"CP08/2021 – Ações de capacitação e assessoria jurídico-notarial",*** sendo um procedimento por Concurso Público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), por o valor do contrato ser inferior a 214.000,00 €, *ex vi* do artigo 474.º, n.º 3, alínea c) do CCP.

Cláusula 2.ª - Objeto do contrato

O presente Caderno de Encargos tem por objeto disciplinar as relações contratuais entre a entidade adjudicante e o adjudicatário, mediante a fixação dos termos da aquisição, no âmbito da candidatura CENTRO-08-5762-FSE-000009 (CadaSTRu RC – Cadastro Simplificado do Território Rústico da Região de Coimbra), de serviços que visem a execução de ações de capacitação e assessoria jurídico-notarial.

Cláusula 3.ª - Preço base

O preço base, ou seja, o preço máximo a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato é de **34.959,35 €** (trinta e quatro mil, novecentos e cinquenta e nove euros e trinta e cinco cêntimos), valor acrescido da taxa de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.ª - Prazos

1. Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, o contrato entra em vigor na data da sua assinatura e perdurará por **670** (seiscentos e setenta) **dias,** em conformidade com os respetivos termos, condições e o disposto na lei.
2. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do artigo 440.º do CCP, conjugado com o artigo 97º do mesmo diploma.

Cláusula 5.ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
   a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
   c) O presente Caderno de Encargos;
   d) A proposta adjudicada;
   e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

Cláusula 6.ª - Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que podem a execução do contrato

Não existem pareceres prévios, licenciamentos ou autorizações que possam condicionar a execução do contrato.

Cláusula 7.ª - Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 8.ª - Dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois (2) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.ª - Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, se este for legalmente devido, o qual não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço base definido no convite do procedimento.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas associadas à integral execução de todos os serviços a desenvolver no âmbito do projeto, incluindo os relativos a despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, ou outras.

Cláusula 10.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela CIM-RC, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela CIM-RC das respetivas faturas.
2. As faturas deverão ser emitidas mensalmente, no valor de 1/22 avos do preço contratual, devendo a primeira fatura ser emitida 30 (trinta) após a assinatura do contrato.
3. Nas faturas deverá ser indicado o número do procedimento, bem como o número sequencial de compromisso.
4. Em caso de discordância por parte da CIM-RC quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura devidamente corrigida.

Cláusula 11.ª - Penalidades contratuais e resolução

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra pode exigir do adjudicatário o pagamento de **penas pecuniárias,** calculadas da seguinte forma:
    i. **100,00 €** (cem euros) por cada dia de atraso na execução de cada ação de capacitação (tendo em conta o cronograma aprovado);
    ii. **100,00 €** (cem euros) por cada hora que a linha telefónica esteja indisponível no horário definido;
    iii. **100,00 €** (cem euros) por cada dia de atraso na resposta a pedidos de esclarecimento.
2. Se o valor das sanções, elencadas no número anterior, excederem 20% do preço contratual, pode a Entidade Adjudicante resolver o contrato.
3. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. Não obstante a aplicação das penalidades, em caso de manifesta necessidade a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, poderá adquirir a outros prestadores os serviços em falta, ficando a diferença de preços, se a houver, a cargo do adjudicatário faltoso.
6. As penas pecuniárias previstas não obstam a que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra possa, nos termos legais, exigir uma indemnização pelos danos excedentes provocados.

Cláusula 12.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
   a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
   b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
   c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
   d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
   e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
   f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
   g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.ª - Resolução do contrato por parte da Entidade Adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente indemnizações legais e contratuais devidas, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 14.ª - Resolução do contrato por parte do Adjudicatário

O Adjudicatário pode resolver o contrato nos termos do disposto no art.º 449º do CCP, aplicável ex vi do artigo 451.º do CCP.

Cláusula 15.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização escrita da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. Em caso de incumprimento pelo cocontratante das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, pode a CIM Região de Coimbra obrigar, nos termos do artigo 318.º-A do CCP o cocontratante a ceder a sua posição contratual ao concorrente do presente procedimento pré-contratual classificado por ordem sequencial.

Cláusula 16.ª - Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula 17.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, conforme previsto no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 19.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 20.ª - Legislação aplicável

Em tudo o que não estiver expresso neste documento será aplicável o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

Cláusula 21.ª - Proteção de Dados

1. O cocontratante é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).
2. A entidade adjudicante, no caso de suspeitar da verificação de algum incumprimento do RGPD, deve notificar o cocontratante para este, no prazo de 5 (cinco) dias, demonstrar o total cumprimento do referido regulamento.
3. Caso o cocontratante não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a entidade adjudicante fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do fornecedor, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.
4. No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicante poderá compensar os custos que tenha suportado com eventuais quantias que sejam devidas ao cocontratante, ou através do acionamento da caução, caso esta tenha sido prestada, ou através do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.

5. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do cocontratante, este deverá, no prazo de 10 (dez) dias, pôr fim ao incumprimento e demonstrá-lo à entidade adquirente.
6. O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, um incumprimento muito grave do contrato, podendo a entidade adquirente resolver o contrato.
7. Caso o fornecedor impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 3 da presente Cláusula, a entidade adjudicante poderá resolver o contrato, por incumprimento muito grave do cocontratante.

Cláusula 22.ª - Especificações Técnicas

Parte I - <u>Disposições Gerais</u>

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
    a) Executar a prestação dos serviços que lhe for adjudicada, com observância das normas vigentes e que se relacionem com a prestação dos serviços em causa, e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
    b) Cumprir todas as condições fixadas para a prestação dos serviços;
    c) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da entidade adjudicante;
    d) Prestar as informações que forem solicitadas pela entidade adjudicante;
    e) Comunicar à entidade adjudicante, no prazo de 10 dias após a respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da prestação dos serviços contratados;
    f) Executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
    g) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
    h) Assumir os encargos decorrentes da utilização ou fornecimento de marcas registadas, patentes ou licenças;
    i) É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos relativos à prestação dos serviços;
    j) Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços deverá manter reuniões de coordenação com os representantes da entidade adjudicante;
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Parte II - <u>Disposições Especiais</u>

1. A entidade adjudicante deve proceder, no prazo de 5 (cinco) dias, à análise de elementos entregues ou serviços prestados, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e

requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Objeto dos serviços:

As presentes especificações técnicas respeitam a seleção e contratação de serviços que visem a execução de:

- 10 (dez) ações de capacitação;
- Assessoria jurídico-notarial a prestar durante 670 (seiscentos e setenta) dias;

3. Ações de capacitação:

3.1 Realização de 10 (dez) ações de capacitação, sendo a duração de cada ação de capacitação de 6 horas, e deverá decorrer entre as 09h30 e as 17h00.

3.2 As ações de capacitação deverão ser efetuadas durante os primeiros 30 (trinta) dias úteis de vigência do contrato, em cronograma a aprovar pela entidade adjudicante.

3.3 O cronograma deverá ser enviado, para aprovação, durante a primeira semana de vigência do contrato.

3.4 As ações de capacitação serão ministradas em modo presencial, salvo se a entidade adjudicante optar por videoconferência, obrigando-se a comunicá-lo à adjudicatária com 3 (três) dias de antecedência.

3.5 A disponibilização das instalações a utilizar é da responsabilidade da entidade adjudicante.

3.6 Os meios a usar na apresentação das ações são da responsabilidade da entidade contratada.

3.7 Estima-se que o número de presenças por ação seja de aproximadamente 20 (vinte).

3.8 As ações devem ser ministradas com recurso a apresentações documentais, as quais devem ser posteriormente disponibilizadas, em formato ".pdf", à entidade adjudicante, que, por sua vez, as distribuirá aos inscritos.

3.9 Os conteúdos das ações devem ser apresentados pela adjudicatária à CIM-RC, até ao 10º (décimo) dia do início do contrato, devendo abordar no mínimo as seguintes temáticas:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016 - Aprovação de medidas destinadas à Georreferenciação de prédios rústicos (prioritários territórios com áreas ardidas);
- Lei n.º 78/12017 de 17 de agosto - Criação do sistema de informação cadastral simplificada;
- Decreto regulamentar n.º 9-A/2017 de 3 de novembro - Determina fase piloto a aplicar a 10 municípios;
- Lei n.º 65/2019 de 23 de agosto - Mantém em vigor e generaliza a aplicação do sistema de informação cadastral simplificada;
- Decreto Regulamentar 4/2019 de 20 de setembro - Altera o DR n.º 9-A, alarga a abrangência territorial do Sistema de informação cadastral simplificada a todo o território;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2020 de 16 de junho - Atribui à Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral

Simplificada a competência para assumir as funções do Centro de Coordenação Técnica;

- Processo RGG e processo de esboço – Quais as diferenças;
- Quem é o promotor da RGG e em que qualidade intervém no processo?
- Diferenças entre Proprietário, Interessado, Possuidor e Representante;
- Inscrição matricial Finanças;
- Descrição e inscrição predial Conservatória do registo predial;
- Documentação obrigatória e facultativa;
- Procedimentos BUPi (apresentação de diferentes casos de uso);
- Procedimento especial de registo versus Procedimento especial de justificação;
- Perguntas Frequentes.

4. <u>Suporte técnico de cariz não tecnológico – assessoria jurídico-notarial:</u>

4.1. O suporte a prestar centra-se essencialmente em matéria legal, não abrangendo a plataforma online BUPi ou o seu manuseio;

4.2. A prestação dos serviços inscritos neste número, deverá ser feita pelos seguintes meios:

4.2.1. Via e-mail:

- A entidade contratada deverá disponibilizar um endereço de e-mail, onde a qualquer momento poderão ser remetidas dúvidas e questões que carecem de esclarecimento;
- Cada solicitação deverá ser respondida num prazo máximo de 24 horas (1 dia útil), salvo se por complexidade ou volume careça de mais tempo, devendo tal necessidade ser reportada nas primeiras 24 horas;

4.2.2. Via telefone:

- A entidade contratada deverá disponibilizar um número telefónico dedicado para esclarecimento de dúvidas;
- O serviço via telefone deverá estar disponível de segunda a sexta-feira, entre as 9h00 e as 17h00.

4.2.3. Os esclarecimentos poderão ser solicitados pelos técnicos dos municípios que compõe a CIM-RC, ou da própria CIM-RC.

5. <u>Equipa de projeto:</u>

A entidade adjudicatária deverá disponibilizar uma equipa composta, no mínimo, por duas pessoas, que tenham as seguintes aptidões:

i. Um elemento Licenciado em Direito ou Solicitadoria;
ii. Um elemento com certificado de frequência num curso de formação de duração mínima de 20 horas, na área de Registos e Notariado, nomeadamente em registo predial.

6. **Relatórios e outros entregáveis:**

6.1. Até ao 8.º (oitavo) dia de cada mês, deverá ser enviado relatório para o e-mail bupi@cim-regiaodecoimbra.pt onde constem o número de interações efetuadas no mês anterior, discriminando a via pelas quais foram efetuadas;

6.2. Na mesma data do número anterior, deverá também ser entregue um documento de perguntas mais frequentes (FAQs) e respetivas respostas, documento esse que será uma adenda atualizada de todas as FAQs.

O 1.º Secretário Executivo Intermunicipal

JORGE MIGUEL MARQUES DE BRITO
(Jorge Brito)

Assinado de forma digital por JORGE MIGUEL MARQUES DE BRITO
Dados: 2021.08.11 23:52:47 +01'00'